

LEI Nº 1.985 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2021.

<u>Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2022/2025 e dá outras providências.</u>

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRACEMA-RJ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do artigo 81, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal do Município de Miracema decreta a seguinte

LEI:

- **Art. 1º** Esta lei institui o Plano Plurianual do *Município de Miracema*, para o quadriênio de 2022/2025, em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo 1º da Constituição Federal e será executado nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual de cada exercício.
- § 1º A Lei de Diretrizes Orçamentárias de cada exercício financeiro indicará os programas prioritários a serem incluídos no projeto de lei orçamentária.
- § 2° Para fins desta lei, considera-se:
- I Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;
- **III** Justificativa, identificação da realidade existente, de forma a permitir a mensuração dos problemas e necessidades a serem sanadas;
- **IV** Ações, conjunto de procedimentos com vistas a possibilitar a execução dos programas, sendo discriminadas em projetos, atividades e operações especiais;
- **V** Metas, objetivos quantitativos e financeiros em termos de produtos e resultados que se pretende alcançar.
- **Art. 2º** Nos termos da Lei Orgânica do Município e Lei de Responsabilidade Fiscal, esta Lei estabelece os demonstrativos que compõem os programas com seus respectivos objetivos, justificativas e metas, bem como a fonte de receita para o custeio dos programas do Ente municipal, para o quadriênio 2022/2025, tendo como parte integrante os seguintes anexos:

Anexo I – Estimativas das Receitas:

Anexo II - Proposta de Programa Setorial - Identificação das Ações;

Anexo III – Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenv.do Programa Governamental;

Anexo IV – Estrutura de Órgãos, Unidades Orçamentárias e Executoras.

Art. 3° Os programas que constituem os anexos de que trata o artigo anterior, constituem a integração entre os objetivos do Plano Plurianual, as prioridades e metas a serem fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a programação do orçamento anual, referente ao quadriênio 2022/2025.



- **Art. 4**º A alteração, exclusão ou inclusão de um novo programa dentro da estrutura de planejamento, será sempre proposto pelo Poder Executivo, através de projeto de lei específico.
- **Art. 5**º As prioridades da administração municipal em cada exercício serão expressas na lei de diretrizes orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.
- **Art. 6**º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a:
- I Atualizar as metas físicas das ações mediante decreto quando as receitas executadas não acompanharem as previsões da programação financeira da receita;
- II Alterar o órgão responsável por programas e ações;
- III alterar mediante decreto os indicadores dos programas, sempre que tais modificações não requeiram mudança no orçamento do município;
- IV Alterar os valores das ações dentro de um mesmo programa mediante decreto;
- V Alterar as unidades de medida das ações e seus produtos desde que não alterem os seus objetivos finais;
- **Art. 8**º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA, 23 DE NOVEMBRO DE 2021.

CLOVIS TOSTES DE BARROS
Prefeito Municipal